

Conversar Abril... na 1.ª pessoa, Sobral de Monte Agraço

Filomena Sousa, Memória Imaterial

2025

O projeto "Conversar Abril... na 1.ª pessoa" é uma iniciativa da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço realizada no âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril. Neste projeto, destacam-se testemunhos de residentes no concelho (localidades da Chã, Sapataria, Sobral de Monte Agraço e Zibreira de Fetais). Recordam-se as difíceis condições de vida antes da Revolução dos Cravos, marcadas pela pobreza, repressão política e a falta de infraestruturas básicas. Abordam-se os movimentos de resistência ao regime do Estado Novo, focando a participação local em ações clandestinas e o impacto da Guerra Colonial. Os relatos sublinham a importância da solidariedade entre os habitantes de Sobral de Monte Agraço, que apoiaram a luta contra a ditadura. Descreve-se ainda o entusiasmo da população com o 25 de Abril e o envolvimento nas transformações sociais e políticas que se seguiram, como a criação das Comissões Administrativas, Comissões de Moradores e Comissões de trabalhadores. Este projeto contou com a colaboração da Memória Imaterial CRL. Foram entrevistados: António Henrique, António Lopes Bogalho, Célia Granja, Isidoro Trogeira, João Coelho, Joaquim Biancard Cruz, José Lourenço, Lucinda da Piedade, Maria Alexandrina Reto, Maria Isabel Sabino, Olívia Dinis, Valentim Lourenço.



José Lourenço@memoriamedia



Maria Isabel Sabino, Olívia Dinis e Lucinda da Piedade @memoriamedia

As condições de vida antes do 25 de Abril

Até ao 25 de Abril de 1974, as condições de vida em Sobral de Monte Agraço, como em grande parte de Portugal, eram extremamente precárias, especialmente nas zonas rurais. A sociedade portuguesa vivia sob o regime autoritário do Estado Novo, marcado pela falta de liberdade, pelo isolamento económico e social e por uma profunda desigualdade. Nas palavras de José Lourenço, que reside na Chã e começou a trabalhar aos 11 anos, as dificuldades eram evidentes desde a infância. *"Saí da escola com 11 anos e comecei logo a trabalhar (...) num forno de telha e tijolo"* (como o descrito no livro *Esteiros* de Soeiro Pereira Gomes). Segundo José *"às vezes, quando as coisas não andavam bem, trabalhava o chicote. (...) Crianças com 11 anos queriam brincar..."*. Este testemunho reflete a dura realidade de muitas famílias portuguesas, onde o trabalho infantil era comum devido à precariedade económica.



Valentim Lourenço e Isidro Trogeira @memoriamedia

Isidoro Trogeira, da Sapataria, recorda que, após completar a quarta classe, não pôde continuar os estudos porque a família não tinha condições financeiras para pagar o passe de transporte até à cidade de Torres Vedras. A falta de acesso à educação era uma das grandes limitações ao progresso social para as classes mais baixas.

No que diz respeito à alimentação, o cenário era igualmente marcado pela escassez. As refeições eram simples e frugais, muitas vezes compostas por alimentos básicos. Maria Isabel, da Chã, recorda que as refeições eram preparadas com o pouco que havia disponível, usualmente batatas e sopa de legumes. A carne e o peixe eram reservados para ocasiões especiais. As crianças, muitas vezes, iam para a escola com refeições muito simples, pouco nutritivas.

Além das dificuldades materiais, havia um profundo sentimento de repressão política e social. António Henrique, da Seramena, lembra-se da atmosfera de censura e medo que prevalecia antes da Revolução dos Cravos. *"Toda a gente tinha medo de falar (...). desconfiávamos todos uns dos outros"*. A polícia política do regime, a PIDE, controlava os sinais de oposição, e até nas pequenas comunidades rurais, o medo de ser denunciado era constante.

Ações e movimentos de resistência, anos 40-60

Em Sobral de Monte Agraço, como em grande parte do território português, viveu-se décadas de repressão durante o regime do Estado Novo, que foi marcado pela censura, repressão política e vigilância constante da PIDE. No entanto, a resistência ao regime manifestou-se de diversas formas, tanto através de ações clandestinas quanto pela participação em eleições “manipuladas”. Testemunhos locais, como os de João Coelho, Célia Granja, Maria Alexandrina, António Henrique e Joaquim Biancard Cruz, ilustram os desafios e as formas de luta desenvolvidas contra a ditadura nas décadas que antecederam o 25 de Abril.



Célia Granja @memoriamedia

Nos anos 40 e 50 o regime já estava consolidado sob o comando de António de Oliveira Salazar, e o controle sobre a sociedade portuguesa era severo. No entanto, as movimentações de resistência começaram a surgir, ainda que de forma muito tímida e principalmente a partir de círculos restritos. Joaquim Biancard Cruz recorda que o seu pai e tio já faziam parte do MUDE (Movimento de Unidade Democrática), uma organização antifascista criado em 1945 que pretendia contestar o regime de Salazar. Refere que o seu pai e o seu tio foram dos que apoiaram a campanha do general Humberto Delgado, nunca chegaram a ser presos, mas estavam sempre “na linha da frente”. Este movimento representou uma das primeiras tentativas de organização mais consistente contra o regime, que se intensificaria nas décadas seguintes.

Os movimentos de resistência em Sobral de Monte Agraço continuaram a crescer, com o Partido Comunista Português (PCP), a desempenhar um papel central na oposição clandestina. A presença do PCP na região era significativa, com muitos habitantes ligados

ao partido ou simpatizantes das suas causas. Os militantes comunistas mantinham redes de distribuição de materiais informativos, como exemplares do jornal "Avante!", desafiando a repressão da polícia política.

Os laços de solidariedade entre os habitantes de Sobral também desempenharam um papel crucial na organização de ações de resistência. Célia Granja, da Barqueira, recorda como o seu pai, que tinha um estabelecimento comercial, servia de ponto de encontro para a disseminação da informação política através da Rádio Moscovo ou a Rádio Portugal Livre. Numa época em que a liberdade de imprensa era inexistente, a circulação de material de oposição ao regime era feita de forma clandestina, muitas vezes recorrendo à colaboração de comerciantes locais, que tinham acesso a informação e a contactos fora da região. Este tipo de resistência passiva, embora menos visível, contribuía para o crescimento da consciência política e para a mobilização contra o regime.

João Coelho recorda uma situação em que ajudou a transportar um clandestino que precisava de se deslocar até Torres Vedras. Fê-lo, sem questionar os motivos do pedido feito por elementos do Partido Comunista, também não questionou a pessoa que transportava na sua própria viatura do Sobral até Torres. Ainda hoje diz não saber quem ele era, como se chamava e o que estava a fazer na região. A solidariedade entre os opositores ao regime era essencial para que a clandestinidade pudesse sobreviver.

A Guerra Colonial

A Guerra Colonial, que se desenrolou nas colónias portuguesas de 1961 a 1974, teve um impacto profundo no país e, por consequência, também em Sobral de Monte Agraço. Esse impacto fazia-se sentir tanto na vida dos soldados que foram mobilizados como nas suas famílias. Muitos jovens da região foram chamados para lutar em África, e as suas experiências marcaram a memória coletiva da comunidade. Entre os entrevistados, as memórias de Moçambique, Angola e Guiné são uma parte central das suas histórias de vida, muitas vezes carregadas de dor, sofrimento e perda.



António Henrique @memoriamedia

Muitos jovens foram enviados para as colónias e voltaram com traumas psicológicos. António Henrique, da Seramena, fala dos desafios de readaptação à vida civil e descreve as suas dificuldades após a guerra, destacando o stress pós-traumático que afetou muitos dos combatentes que regressaram ao país. “Os barulhos do frigorífico a fechar faziam-me mandar-me para baixo da mesa”, recorda António, referindo-se aos episódios de ansiedade que continuaram a assombrá-lo muito depois de ter voltado para casa. Para ele, o trauma da guerra tornou difícil retomar uma vida normal, com o seu corpo a reagir instintivamente a sons que lhe recordavam os combates. Este tipo de trauma era comum entre os ex-combatentes, que frequentemente não recebiam o apoio psicológico adequado na época, levando a anos de sofrimento em silêncio. O trauma de guerra e a inutilidade percebida do conflito, fez com que muitos, ao voltarem, questionassem o sentido da guerra e a política colonial do regime. Para muitos, como Valentim Lourenço, da Sapataria, a guerra parecia sem propósito, uma luta fútil num território estrangeiro que pouco ou nada tinha a ver com as suas vidas em Portugal.

A guerra também impulsionou atos de resistência, com alguns jovens a questionar a legitimidade do regime e recusando-se a lutar, optando pela deserção. Na aldeia de Barqueira, por exemplo, houve vários desertores que permaneceram escondidos na comunidade até ao 25 de Abril. A Barqueira ganhou a reputação de “Moscovo local”, onde os ideais de resistência floresciam, e a solidariedade comunitária oferecia abrigo e apoio a quem necessitava de fugir da repressão estatal.

José Lourenço, da Chã, também recorda a difícil experiência da guerra onde, mesmo que não se esteja na linha da frente o “coração também sofre” ao ver tantos jovens a morrer.

Em suma, as experiências da Guerra Colonial, tanto para os que combateram como para as suas famílias, deixaram cicatrizes profundas. Para muitos, o 25 de Abril foi não só uma libertação política, mas também o fim de um pesadelo que durou mais de uma década e, para muitos outros, o regresso não foi sinónimo de paz, mas de uma luta contínua para recuperar a normalidade.

A resistência no final dos anos 60 e nos anos 70

As eleições de 1969 e 1973 marcaram momentos importantes para a oposição em Sobral de Monte Agraço. Embora as eleições fossem amplamente reconhecidas como fraudulentas e manipuladas pelo Regime, elas ofereciam uma oportunidade para a oposição se organizar e mobilizar a população.

A família Biancard Cruz, especialmente através da figura de Joaquim Biancard Cruz, desempenhou um papel fundamental na resistência ao regime do Estado Novo em Sobral de Monte Agraço. Biancard Cruz, já falecido, era um empresário local que, ao contrário do que seria expectável para alguém da sua classe social, era um opositor fervoroso do regime.



Joaquim Biancard Cruz @memoriamedia

Descrito como irreverente e "fora do seu tempo" pelo seu filho, ele recusava-se a aceitar passivamente o governo ditatorial e envolveu-se ativamente em movimentos de oposição. A sua participação política foi notória, desde a organização de redes de apoio à candidatura do general Humberto Delgado ao envolvimento na CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática) nas eleições de 1969, que promovidas como "democráticas" pelo regime, foram vistas como uma oportunidade para a oposição ganhar visibilidade, apesar da repressão política e das limitações impostas pela censura e pela PIDE.

À época, Biancard Cruz organizou em Sobral de Monte Agraço, num prédio pertencente à sua família, localizado na Rua da Misericórdia, um comício que contou com a presença de figuras proeminentes da oposição ao Estado Novo, como Mário Soares, Salgado Zenha, a doutora Maria Barroso e o arquiteto Ribeiro Telles. O comício reuniu um grande número de pessoas, que encheram o espaço do evento e, num encontro pós-comício, o restaurante Arcada. Este acontecimento mostra que, mesmo em localidades como Sobral de Monte Agraço, existia uma resistência organizada e empenhada. Embora as eleições não tenham resultado em mudanças significativas, este evento marcou um momento crucial na luta contra a ditadura.

Nas eleições de 1973, as forças de esquerda também tentaram usar o processo eleitoral para desafiar o regime. No entanto, a repressão foi severa, e as eleições acabaram por ser vistas como uma "farsa". João Coelho participou nessas eleições e recorda que a CDE (Comissão Democrática Eleitoral) usou o período de campanha "*para passar a mensagem*", mesmo que, mais tarde, tivesse decidido desistir das eleições. João Coelho refere que foi o advogado Teófilo Cabral dos Santos, revolucionário de Alenquer, que organizava jantares de confraternização no 5 de Outubro que, num desses encontros, o convidou a orquestrar, em 1973, pouco antes das eleições legislativas, uma sessão de esclarecimento promovida pela CDE em Sobral de Monte Agraço. João Coelho recorda como o evento teve lugar "*num antigo lagar de azeite*" (que pertencia à família Biancard Cruz). Esta sessão decorreu sob vigilância apertada da Guarda Nacional Republicana, que enviou 4 jipes de Loures e durante o encontro, a GNR impediu que alguns participantes falassem, limitando as intervenções aos candidatos a deputados e ao presidente, o que demonstra a pressão e censura que continuava a marcar a vida pública. Um dos participantes tentou ler um poema, mas foi interrompido pela força policial. João Coelho tentou terminar a leitura do poema, mas também foi impedido de o fazer. A campanha foi usada para passar a mensagem de oposição, mas sem legitimar o processo eleitoral. Esta decisão foi comunicada na sessão de Sobral de Monte Agraço por dois dos candidatos, Vítor Dias e Luísa Amorim, que acabariam por não concorrer.

A década de 70 viu a continuação destas movimentações, até ao culminar da Revolução.

O dia 25 de Abril e o 1º de Maio

Maria Alexandrina Reto @memoriamedia

Joaquim Biancard Cruz lembra que o seu pai, ao longo do tempo, frequentemente comentava sobre a iminência de uma Revolução, mas nunca aconteceu nada de concreto, o que levou a família a deixar de dar importância a essas previsões. No entanto, na madrugada de 25 de Abril de 1974, um familiar militar telefonou entre as 5 e as 6 da manhã, anunciando que "finalmente" a Revolução estava em marcha. João Coelho foi acordado pelo próprio Biancard Cruz, para quem trabalhava, às 7 da manhã, que lhe disse: "Hoje não se trabalha, há uma Revolução em Lisboa!". A partir desse momento, o dia foi passado a acompanhar as transmissões da Rádio Clube Português, que informava a população sobre o desenrolar das operações do Movimento das Forças Armadas (MFA).

À medida que as notícias da queda do regime se confirmavam, a população de Sobral começou a celebrar. Embora a recomendação inicial fosse para que as pessoas ficassem em casa, a alegria era tão grande que muitos decidiram juntar-se em grupos e festejar. No entanto, foi no dia 1º de Maio de 1974 que a verdadeira festa popular se deu. João Coelho e Maria Alexandrina referem que as ruas encheram-se de gente, com pessoas vindas das aldeias vizinhas para celebrar na vila. Esta manifestação espontânea refletiu o sentimento de libertação que atravessou o país, após décadas de repressão.

A importância do 1º de Maio para os trabalhadores também foi especialmente simbólica. Como António Henrique recorda, o Dia do Trabalhador era anteriormente um dia de repressão, com as autoridades a prenderem aqueles que ousassem celebrá-lo. No 1º de

Maio de 1974 as pessoas puderam comemorar livremente sem medo de represálias, e a festa simbolizou o início de uma nova era de liberdade para Portugal.

O pós 25 de Abril – as comissões e as eleições

Após o 25 de Abril, Sobral de Monte Agraço, como o resto do país, enfrentou o desafio de se reorganizar política e socialmente, havendo um forte envolvimento da população em movimentos de base, como a organização de Comissões de Moradores – movimentos de participação ativa onde as pessoas podiam discutir os problemas locais e propor soluções – e de Comissões Administrativas – formadas pelo processo de transição para a democracia, e que assumiram o controlo das autarquias até à realização de eleições livres.

Em Sobral de Monte Agraço, João Coelho foi eleito vice-presidente da Comissão Administrativa, que tinha como principal objetivo “fazer a transição e quebrar o elo que havia do poder que existia para um novo poder”. A comissão foi composta por cinco membros, eleitos numa assembleia popular bastante participada que teve lugar no cinema local, entre eles Joaquim Biancard Cruz, também entrevistado no âmbito deste projeto.



João Coelho @memoriamedia

A principal preocupação da comissão era reorganizar os serviços municipais, que até então tinham funcionado de forma muito precária. “A Câmara não tinha receitas quase nenhuma”, recorda João Coelho, explicando que as receitas se limitavam a licenças de construção e taxas mínimas. Apesar das dificuldades financeiras, a Comissão

Administrativa conseguiu implementar algumas melhorias, como a instalação de água canalizada em várias localidades. “A primeira obra que se começou a fazer foi a canalização de água no Outeiro”, menciona João Coelho. Estas pequenas vitórias foram importantes para a reconstrução da confiança da população nas novas instituições democráticas, que começavam a tomar forma em todo o país.

A tarefa desta Comissão incluía a organização das primeiras eleições livres, as Constitucionais em 1975 e as da Assembleia da República em 1976. João Coelho refere que por falta de recursos e de pessoal qualificado organizou as duas eleições “praticamente sozinho”, explicando que vários membros da Comissão estiveram ocupados com outros afazeres durante os períodos eleitorais. Considerando esse facto, João Coelho relata um episódio caricato ocorrido durante as eleições legislativas de 1976. A responsabilidade da Comissão incluía a entrega dos votos ao Tribunal da Comarca após a contagem. No entanto, houve um atraso considerável na contagem dos votos, que se prolongou até depois da meia-noite. Quando João Coelho e o comandante da GNR local, o Sargento Albino, finalmente se prepararam para levar os votos ao tribunal, encontraram-no já fechado. Face à situação, João Coelho sugeriu guardar os votos no posto da GNR, mas o sargento informou que não havia cofre disponível para os guardar. Sem alternativa, e perante a necessidade de proteger os votos, João Coelho tomou uma decisão insólita, levou-os para casa e guardou-os debaixo da cama durante a noite. No dia seguinte, logo pela manhã, levantou-se e foi entregar os votos, sem qualquer incidente. Este episódio reflete a simplicidade e improvisação das circunstâncias em que decorriam as primeiras eleições democráticas pós-Revolução.



António Lopes Bogalho @memoriamedia

Segundo os testemunhos de Maria Alexandrina, António Henrique, José Lourenço e João Coelho, um dos legados mais importantes do pós-25 de Abril em Sobral de Monte Agraço foi a criação das Comissões de Moradores que desempenharam um papel fundamental na melhoria das condições de vida da vila e nas aldeias do concelho.

Estas comissões operavam de forma descentralizada, sem interferência externa, como explica João Coelho: “Se era na Seramena, eram só as pessoas da Seramena que intervinham”. Representavam uma forma de organizar a população local em torno de questões comunitárias. Estas comissões podiam estar ou não organizadas (ter ou não estatutos e regras estabelecidas) e promoviam o envolvimento da população em decisões locais, como a construção de estradas e a criação de equipamentos públicos. Entre outras ações, a Comissão de Moradores de Sobral de Monte Agraço, por exemplo, foi responsável pela criação de um jardim de infância e de um parque infantil. A comissão de Moradores da Chã construiu as casas de banho públicas e o edifício da Colectividade.

Em relação à Chã é importante voltar a referir o processo de eletrificação da aldeia, um evento que só se deu em 1975 e contou com a intervenção do Movimento das Forças Armadas (MFA), cujas ações não se limitaram à revolução política, mas também incluíram projetos de infraestrutura em áreas rurais. A chegada da eletricidade à Chã foi um marco histórico para os seus habitantes e foi também uma oportunidade para a população se organizar e participar ativamente na gestão das mudanças que estavam a ocorrer. A intervenção do MFA foi crucial, mas igualmente importante foi a mobilização da própria população, através da sua Comissão de Moradores.

Participantes

António Henrique Diniz
António Lopes Bogalho
Célia Granja
Isidoro Trogeira
João Coelho
Joaquim Biancard Cruz
José Lourenço
Lucinda da Piedade
Maria Alexandrina Reto
Maria Isabel Sabino
Olívia Dinis
Valentim Lourenço

Ficha técnica Recursos multimédia e online

Documentário

Inventário MEMORIAMEDIA

Produção

Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço
Presidente José Alberto Quintino
Divisão de Educação Cultura e Ação Social
Nuno Libório
Júlia Leitão
Sandra Oliveira
Memória Imaterial CRL

Vídeo e Som

Memória Imaterial
José Barbieri

Realização

Filomena Sousa

Vídeo de Arquivo

1º de Maio de 1974 de José Carteado

Fotografia

Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço
Memória Imaterial
António Henrique
João Coelho
Joaquim Biancard Cruz

José Rocha
Maria Alexandrina Reto

Música

Instrumental do tema "Os Vampiros" de Zeca Afonso
Instrumental do tema "Que força é essa" Sérgio Godinho
Grândola Vila Morena de Zeca Afonso

Poema

Célia Granja

Fontes online

parlamento.pt
pcp.pt
ps.pt
digitalq.arquivos.pt
estacaochronographica.blogspot.com
entreasbrumasdamemoria.blogspot.com
restosdecolecao.blogspot.com
alvarocunhalbiografia.blogspot.com
portugal.blogspot.com
jornaltornado.pt
publico.pt
pressenza.com
podomatic.com



MEMORIA
imaterial
Cooperativa Cultural